

Nexus Econômicos
v. 16, n. 2, jul-dez. 2022
p. 125–133
doi.org/10.9771/rene.v16i2.55747



Sobre uma polêmica acerca da dependência, do valor e da troca desigual

On a controversy about dependence, value and unequal exchange

Mariano Féliz¹

Resumo: Esta é uma tentativa de refletir sobre os comentários críticos de [Leite, De Paula e Corrêa \(2023\)](#) sobre o recente esforço de reconstrução do debate em torno da troca desigual no campo da teoria marxista da dependência, que aparentemente deixou incompleta e imprecisa a nossa leitura do problema básico do que é troca desigual. Entendemos que isso contribuiu para algumas interpretações errôneas da nossa abordagem, para além de ter exposto diferenças interpretativas reais. Por outro lado, talvez parte das dificuldades decorra do fato de Leite e outros construírem um debate paralelo conosco e com [Neto \(2011\)](#). Isto pode levar a um debate confuso entre duas interpretações que, embora tenham pontos em comum, não são necessariamente convergentes em todos os aspectos relevantes. A nossa abordagem ao problema da troca desigual parte de uma leitura precisa da constituição social do valor; claro que é possível que a nossa tentativa não tenha atingido a clareza necessária.

Palavras-chave: Dependência; Valor; Troca desigual.

Abstract: This is an attempt to reflect on the critical comments by [Leite, De Paula e Corrêa \(2023\)](#) on the recent effort to reconstruct the debate around unequal exchange in the field of Marxist dependency theory, which apparently left our reading of the basic problem of what is unequal exchange incomplete and imprecise. We understand that this contributed

¹Centro de Investigaciones Geográficas – Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (CIG-IdIHCS), Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de La Plata (CONICET-UNLP), La Plata, Argentina. Autor(a) correspondente, *Email:* marianfeliz@gmail.com.

to some misinterpretations of our approach as well as exposing real interpretative differences. On the other hand, perhaps part of the difficulties stem from the fact that Leite and others construct a parallel debate with us and with some of Neto's work. This can lead to a confusing debate between two interpretations that, while having points in common, do not necessarily converge in all relevant aspects. Our approach to the problem of unequal exchange starts from a precise reading of the social constitution of value; of course, it is possible that our attempt has not achieved the necessary clarity.

Keywords: Dependency; Value; Unequal exchange.

JEL codes: B14; B51; D46; O1.

I Introdução

Os debates em torno da renovação e relevância da teoria marxista da dependência multiplicaram-se nos últimos anos (KATZ, 2018; KVANGRAVEN, 2021; OSORIO, 2016, 2022). Contribuímos com algumas ideias que buscam potencializar estas reflexões como instrumentos analíticos para a mudança social. Parte dessa discussão tem a ver com a forma como a teoria do valor constitui os argumentos teóricos da dependência, particularmente à luz de uma intensa discussão sobre a interpretação da teoria do valor como uma forma social e da luta de classes como imanente a sua constituição. Em vista disso, desenvolvemos uma série de trabalhos que buscaram fornecer algumas pistas nesse sentido. Nosso artigo publicado na revista inglesa *Historical Materialism* em 2021 (FÉLIZ, 2021) e uma versão em espanhol (revisada à luz dos comentários) publicada na *Antagónica* em 2022, na Argentina (FÉLIZ, 2022), provocaram algumas discussões. Em particular, Leite, de Paula e Corrêa apresentaram um artigo no XXVIII Encontro Nacional de Economia Política de 2023 (cuja versão aparece publicada neste mesmo dossiê da Revista *Nexos Econômicos*) com comentários críticos sobre nossas apreciações (LEITE; DE PAULA; CORRÊA, 2023). A seguir, buscaremos recuperar alguns desses debates com a intenção de esclarecer a nossa posição para continuar a conversa. Nossos artigos buscaram recolocar o debate clássico sobre as trocas desiguais no marxismo e, em particular, no cânone clássico proposto por Ruy Mauro Marini em “Dialética da Dependência” de 1972/73, recentemente publicado em inglês pela primeira vez por iniciativa de Jaime Osorio e Cristóbal Reyes (MARINI, 2022). Nesse caminho, propusemos uma interpretação do problema da troca desigual que traz de volta alguns elementos da discussão em torno da formação dos preços de produção e

da constituição social do valor dos debates contemporâneos. Tendo em conta as avaliações de Leite e outros, as nossas ideias eram rudimentares e certamente não muito claras. Nosso esforço para reconstruir o debate em torno das trocas desiguais no campo da teoria marxista da dependência é, certamente, incompleto e impreciso na nossa leitura do problema subjacente a respeito do que é a troca desigual. Entendemos que isso contribui para algumas interpretações errôneas sobre nossa compreensão pois evidencia diferenças interpretativas reais. Por outro lado, talvez parte das dificuldades esteja relacionada ao fato de Leite e outros construírem um debate paralelo a nós e a [Neto \(2011\)](#). Isso pode levar a um debate confuso entre duas interpretações que têm pontos em comum, mas não convergem necessariamente em todos os aspectos relevantes.

II Troca desigual e dependência

Para começar, ao contrário do que apontam [Leite, De Paula e Corrêa \(2023\)](#), a nossa interpretação não conclui pela inexistência de trocas desiguais entre espaços nacionais de valor dependentes e imperialistas. Pelo contrário, nós pretendemos ressaltar a realidade do fenômeno. Contudo, a nossa abordagem procura fundamentar a materialidade da chamada “troca desigual” em uma interpretação da teoria do valor que difere daquela que explícita ou implicitamente é privilegiada no debate clássico e na maior parte dos teóricos da teoria marxista da dependência.

Nossa abordagem a respeito do problema da troca desigual parte de uma leitura precisa da constituição social do valor. É claro que é possível que a nossa tentativa não tenha alcançado a clareza necessária.

O debate clássico supõe que, na constituição do valor, o trabalho vivo cria valor e, como tal, existe dentro das mercadorias produzidas pelos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, costuma-se entender que o valor é uma coisa e, portanto, algo que pode ser transferido no mesmo processo de sua constituição. Com efeito, essa é a leitura que se pode fazer da discussão que Emmanuel, Bettelheim, Amin, Braun e outros/as desenvolveram nas décadas de 60 e 70 e da qual se nutre o quadro analítico da TMD (Teoria Marxista da Dependência) e, em especial, o documento seminal de Marini “Dialética da Dependência”. Desta forma, na articulação entre capitais do mesmo ramo de atividade ou de ramos distintos, ou entre capitais dentro do mesmo espaço de valor, ou entre diferentes espaços de valorização, o valor parece ser algo que os capitais mais atrasados perdem e, ao fazê-lo, transferem-no para os capitais mais avançados.

Convém esclarecer que essa é a chave do debate em torno da troca desigual, e não se refere diretamente à possibilidade ou não do valor circular entre capitais ou territórios em expressões diversas (como mercadorias, como dinheiro). Ou seja, a troca desigual é um fenômeno diretamente ligado ao processo de constituição do valor como relação social, o que não invalida a necessidade de o valor circular também por formas particulares. Pelo contrário, é claro que o ciclo do capital em escala global exige a possibilidade de o valor poder circular em formas materiais (mercadorias, força de trabalho, dinheiro mundial). O debate em torno da troca desigual insere-se no debate mais geral em relação à constituição do valor como relação social objetiva e, portanto, refere-se também à formação dos preços de produção como forma de valor. Nesse sentido, nossa interpretação parte da proposição de Amin segundo a qual “a troca desigual apoiada pelo desenvolvimento da lei do valor em escala internacional leva à desigualdade salarial, e não o contrário” (FÉLIZ, 2021, p. 7; 2022, p. 31). Como apontamos, “a troca desigual é [...] causada pela articulação particular dos países imperialistas e dos países periféricos” (FÉLIZ, 2021, p. 13; 2022, p. 35). Com Amin, sustentamos que a formação dos preços de produção é internacional e, portanto, é a concorrência capitalista global que opera para sustentar o processo tendencial de equalização das taxas de lucro intersetoriais. Isto não significa, no entanto, que assumamos que a realidade do processo de constituição dos preços de produção se realiza pela omissão da existência de Estados nacionais e, portanto, de espaços nacionais de valor (BONEFELD; HOLLOWAY, 1996). O mundo capitalista como totalidade concreta supõe que o processo de constituição do valor e preços de produção em escala global implica a mediação de formações nacionais (mas não a obstrução destes processos devido a essas formações). Isto não significa a prevalência, neste processo, de algo distinto do capitalismo em si como, por exemplo, algo chamado “capitalismo monopolista” (distinto do capitalismo, digamos, “clássico”), como Leite e companhia apontam que assumimos (LEITE; DE PAULA; CORRÊA, 2023, p. 23). Pelo contrário, como indicamos, “através de um processo de integração transnacional do capital produtivo, o movimento global do capital impõe com força renovada a formação de valores e de preços de produção (que não são simplesmente ‘preços’ ou ‘preços de mercado’) em escala mundial” (FÉLIZ, 2021, p. 10; 2022, p. 32–33). De fato, afirmamos que “os países imperialistas não podem por si mesmos alterar os preços de produção das exportações dos países dependentes. O que não quer dizer que não possam – em determinadas circunstâncias – alterar os preços de mer-

cado” (FÉLIZ, 2021, p. 14; 2022, p. 35). Há uma enorme diferença entre o processo de constituição de valor em escala internacional (o seu ponto de partida) e a determinação de preços de mercado potencialmente manipuláveis (dentro de certos limites) por capitais particulares. Nesse ponto, o nosso trabalho apresenta o núcleo da nossa compreensão de uma teoria do valor, mas a forma como a desenvolvemos nesses artigos foi insuficiente e, portanto, pode levar a uma interpretação que não reflete o nosso pensamento. Claro, é perfeitamente possível que Leite, De Paula e Corrêa tenham posições diferentes sobre o assunto, e isso também seria respeitável.

III Valor e trabalho abstrato

Tentaremos esclarecer nossa posição. Como indicamos, para Marx “a troca desigual seria o resultado do próprio processo de formação dos preços de produção e da ‘redução’ de uma multiplicidade de trabalhos concretos a trabalho socialmente abstrato” (FÉLIZ, 2021, p. 13; 2022, p. 35). Isso se refere a um processo real de abstração, não à ideia de que o trabalho humano tem uma dimensão material enquanto trabalho abstrato criador de valor (ARTHUR, 2013). Nesse sentido, nos distanciamos das posições que entendem que o trabalho abstrato é essencialmente um trabalho despojado de seus atributos concretos e de caráter supra-histórico, como parecem sugerir, por exemplo, Kicillof e Starosta (BONEFELD, 2011; STAROSTA; KICILLOF, 2007). Daí que coincidimos com Cleaver, para quem o valor não é uma coisa, não é uma substância nem algo que as mercadorias “têm” (CLEAVER, 1985). Pelo contrário, o valor é uma relação social pela qual o capital obriga os trabalhadores e trabalhadoras a “colocarem como valores” o produto do seu trabalho (ARTHUR, 2013). O valor não é “produzido”, mas posto pelo capital sobre o cadáver do trabalho do operário (ARTHUR, 2013, p. 109). É esse processo de abstração do trabalho que constitui o processo de trabalho como um processo de valorização. A compreensão do valor como uma forma social específica de riqueza implica a compreensão do trabalho abstrato como forma capitalista específica de trabalho. O trabalho abstrato é uma forma de trabalho socialmente determinada e especificamente capitalista (BONEFELD, 2010). “O trabalho abstrato é uma abstração real; projeta o ‘fantasma do valor’ que ganha validade na forma de dinheiro, de volta à produção, onde o fantasma se converte em um vampiro que suga o trabalho vivo até deixá-lo seco, reduzindo-o a um ‘cadáver de tempo’ ” (BONEFELD, 2010, p. 266).

Com estratégias diversas, o capital busca controlar a rebeldia dos trabalhadores e trabalhadoras impondo-lhes o trabalho em geral como produtor de mercadorias (valores) (ARTHUR, 2013) e mecanismo de controle social (CLEAVER, 1985). Nesse sentido, compartilhamos que a chave para o processo de “pôr valor” (*positing of value*) nos produtos do trabalho (ARTHUR, 2013) está na capacidade ou não do capital de impor o trabalho como trabalho abstrato em comparação com a capacidade de auto-negação que o trabalho possui (CAFFENTZIS, 2013, p. 162–163). Na medida em que os trabalhadores podem resistir à transformação da sua força de trabalho em trabalho forçado para o capital (trabalho abstrato), essa atividade pode “criar valor” (ou melhor, “colocá-lo”, ou se preferir, ser o “fundamento” do valor) a partir de sua atualização. Ou seja, o trabalho pode “colocar” valor nas mercadorias a partir da capacidade do capital de romper (pelo menos temporariamente) a capacidade da força de trabalho de se recusar a ser trabalho (CAFFENTZIS, 2013, p. 161).

IV Valor e dependência

Os capitais nos territórios dependentes enfrentam o processo de formação de valor e de preços de produção a partir de uma posição desvantajosa frente aos capitais nos espaços de valor centrais. Daí a nossa apreciação é que – contrariamente a Emmanuel – a troca desigual “expressa a troca de valores produzidos de forma desigual (isto é, as composições orgânicas desiguais do capital e, portanto, as produtividades desiguais do trabalho)” (FÉLIZ, 2021, p. 13; 2022, p. 35). De forma alguma a nossa leitura pressupõe que a chamada “transferência de valor” seja independente das condições de produtividade (LEITE; DE PAULA; CORRÊA, 2023, p. 9) ou, mais amplamente, das condições de produção. Pelo contrário, face à formação de um preço de produção (que é mundial por definição), o capital nos territórios dependentes se vê em dificuldades de levar a cabo o processo de abstração do trabalho dentro de parâmetros médios. O dispêndio de força de trabalho é realizado “com a esperança, mais que com a certeza, de que o trabalho que realizam resulte socialmente necessário” (SMITH, 1990, p. 69). Portanto, no processo de valorização do trabalho que dominam como capital, esses capitais em territórios dependentes são incapazes de colocar o produto desse trabalho como valor nas mercadorias que produzem na medida imposta pelas condições sociais médias. Isto significa que um determinado conjunto de trabalhos concretos não pode ser posto a atuar como trabalho abstrato (tempo de trabalho social-

mente necessário) e, portanto, não pode contribuir para a produção de valores e, mais importante, de mais-valor.

O trabalho concreto ocorre no tempo e possui uma temporalidade concreta. Para que este trabalho seja considerado trabalho social, ele deve se manifestar como um valor de troca válido. Ou seja, seu tempo de trabalho concreto deve produzir-se dentro de um “tempo homogêneo”. Sua medida é o tempo de trabalho socialmente necessário. O tempo de trabalho concreto está obrigado a transcorrer dentro do tempo da sua medição abstrata. Se não é assim, não é nada, não tem valor (BONEFELD, 2010, p. 268).

V Troca desigual e trabalho (des)potenciado

Dito isto, e para concluir, ao contrário do que parecem sugerir Leite, De Paula e Corrêa (2023, p. 5), a nossa leitura do processo de formação da troca desigual não coincide com a de Iñigo Carrera (2018). Juntamente com Astarita (2013), entendemos que a troca desigual, no quadro do processo de formação global dos preços de produção, faz com que o trabalho nos países dependentes apareça como “despotenciado”. A incapacidade do capital de conseguir a produção de trabalho abstrato em magnitude equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário faz com que uma parcela do trabalho posto em movimento no território dependente não seja colocada como valor e, portanto, não possa aparecer como mais-valor. Em relação a isso, Leite e seus colegas ressaltam que se deve “explicar o fato do processo de trabalho conduzido com maior produtividade permitir ao capitalista inovador se apropriar de um mais-valor extraordinário, não apropriado pelos seus concorrentes, que tende a desaparecer na medida em que a produtividade se generalize no ramo de produção” (LEITE; DE PAULA; CORRÊA, 2023, p. 12). Mas partem de uma premissa, em nosso entender, errônea. Os níveis de produtividade não são generalizados nos ramos de produção, pelo contrário. A produção capitalista dentro dos ramos (e entre os ramos) está marcada por uma estrutura desigual de capitais que – com maior ou menor composição orgânica – buscam valorizar-se. É precisamente por isso que, nos territórios im-

perialistas, com níveis médios mais elevados de composição orgânica e produtividade associadas, os capitais operam como reguladores nos seus ramos e, com isso, o trabalho ali investido valoriza-se como “potenciado”. A troca desigual funciona como um efeito sobre os capitais mais atrasados que não conseguem alcançar o capital do “*state-of-the-art*” que costuma desenvolver-se em capitais baseados nos países centrais. Precisamente para compensar a sua incapacidade de “colocar” a totalidade do trabalho investido como valor é que buscam ampliar a superexploração do trabalho. A esse respeito, importa assinalar que nesses territórios com baixos níveis médios de composição orgânica, o capital busca compensá-los também com maiores níveis de apropriação do trabalho não remunerado ou mal remunerado na esfera da reprodução, assim como convertendo porções da natureza apropriadas como recursos naturais saqueados em capital constante de baixo custo. Ambos os processos de superexploração se somam à superexploração “direta” de frações do trabalho dito produtivo, buscando compensar a perda de valor produzida diretamente pela troca desigual, que opera como expressão do processo de formação de valores em escala global. Esperamos que essas reflexões sirvam para continuar a falar sobre a teoria marxista da dependência e o seu papel na compreensão da natureza e dos limites do capitalismo nos nossos territórios. Certamente há bastante o que discutir e muitos debates a continuar.

Referências

- ARTHUR, C. J. The practical truth of abstract labour. In: BELLOFIORE, R.; STAROSTA, G.; THOMAS, P. D. (Ed.). *Marx's laboratory. Critical interpretations of the Grundrisse*. [S.l.]: Brill, 2013. v. 48, p. 101–120.
- ASTARITA, R. *Marx sobre trabalho potenciado*. 2013. Disponível em: <<https://rolandoastarita.blog/2013/09/21/marx-sobre-trabajo-potenciado/>>.
- BONEFELD, W. Abstract labour: against its nature and on its time. *Capital & Class*, v. 34, n. 2, p. 257–276, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0309816810367769>>.
- BONEFELD, W. Debating abstract labour. *Capital & Class*, v. 35, n. 3, p. 475–479, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0309816811417703>>.
- BONEFELD, W.; HOLLOWAY, J. (Ed.). *Global capital, national state, and the politics of money*. [S.l.]: Macmillan Press, 1996.

CAFFENTZIS, G. Why machines cannot create value: Marx's theory of machines. In: _____. *In letters of blood and fire: work, machines, and the crisis of capitalism*. Dexter: PM Press, 2013.

CLEAVER, H. *Una lectura política de "El Capital"*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1985. Disponível em: <<https://ia800404.us.archive.org/5/items/Cleaver1985/Cleaver-1985.pdf>>.

FÉLIZ, M. Notes for a discussion on unequal exchange and the marxist theory of dependency. *Historical Materialism*, v. 29, n. 4, p. 114–152, dez. 2021.

FÉLIZ, M. Notas para un debate sobre el intercambio desigual y la teoría marxista de la dependencia. *Antagónica*, v. 3, n. 5, p. 25–58, 2022.

IÑIGO CARRERA, J. Precios, productividad y renta de la tierra agraria: ni "términos de intercambio deteriorados", ni "intercambio desigual". *Realidad Económica*, v. 47, n. 317, p. 41–78, jul-ago. 2018.

KATZ, C. *La teoría de la dependencia, cincuenta años después*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

KVANGRAVEN, I. H. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, p. 76–112, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/dech.12593>>.

LEITE, L.; DE PAULA, P.; CORRÊA, H. O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica a uma proposta infeliz de atualização da teoria marxista da dependência. In: *XXVIII Encontro Nacional de Economia Política*. Maceió: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2023.

MARINI, R. M. Dialectics of dependency. In: _____. Nova York: Monthly Review Press, 2022.

NETO, J. M. B. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Revista Crítica Marxista*, v. 33, p. 83–104, 2011.

OSORIO, J. *Teoría marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones*. [S.l.]: Ediciones UNGS, 2016.

OSORIO, J. Assessing a proposal for updating the Marxist Theory of Dependency. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 1, p. 153–165, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0094582X211047906>>.

SMITH, T. *The logic of Marx's Capital. Replies to Hegelian criticisms*. [S.l.]: State University of New York Press, 1990.

STAROSTA, G.; KICILLOF, A. On materiality and social form: a political critique of Rubin's value-form theory. *Historical Materialism*, v. 15, n. 3, p. 9–43, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/156920607X225852>>.